



Um Projeto da Aliança dos Direitos de Propriedade (Property Rights Alliance - PRA)

Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP) – Relatório 2012

**Pesquisa conduzida por Gaurav Tiwari, do Programa de Bolsas
2011 Hernando de Soto**

**Lançamento da edição em português no XXV Fórum da Liberdade
em 17 de Abril de 2012, Porto Alegre, Brasil.**



Direitos Autorais © 2012 pela Americans for Tax Reform Foundation/Property Rights Alliance (PRA).

Edição original em inglês impresso nos Estados Unidos por :

Americans for Tax Reform Foundation/Property Rights Alliance
722 12th Street NW, Suite 400
Washington, D.C., 20005, EUA
Fone: (202) 785-0266
Fax: (202) 785-0261
Website: www.atr.org e www.propertyrightsalliance.org

Para maiores informações em inglês, entre em contato com a Diretora Executiva da PRA, Kelsey Zahourek, email: kzahourek@propertyrightsalliance.org

De Autoria: Gaurav Tiwari

Criação: Instinct Design LLC, Fairfax, VA

A Fundação Americans for Tax Reform (ATRF) executa pesquisa e análise, com o objetivo de educar os contribuintes quanto às verdadeiras causas e efeitos de assuntos em legislação e regulamentação. Os esforços da ATRF municiam debates, conversas e enfatizam a importância da reforma fiscal e o controle de gastos públicos. A Americans for Tax Reform (ATR), é uma organização sem fins lucrativos, registrada no 501(c)4 e que usa esta pesquisa e análise para acompanhar iniciativas além do modelo tradicional de aumento fiscal. Além do Índice Internacional de Direitos de Propriedade, a ATRF também produz e publica o Relatório sobre Custos Governamentais (*Cost of Government Day® Report*) e o Índice de Liberdade Trabalhista (*Index of Worker Freedom.*)

A PRA é uma afiliada da Fundação Americans for Tax Reform e permanece como uma organização em defesa da proteção física e intelectual dos direitos de propriedade, tanto em nível doméstico como internacional.

Este índice encontra-se disponível, em inglês, para cópia digital dos dados no website: **www.internationalpropertyrightsindex.com**

Em português, a cópia digital se encontra no Portal do Instituto Liberdade a partir de 17/04/12: **<http://www.il-rs.org.br/site/info/banco.php>**

Carta de Abertura por Hernando de Soto



A mídia ocidental descreveu as revoluções no Oriente Médio e na África do Norte como uma rebelião jovem alimentada pelo Facebook, Twitter e YouTube. Não foi dado crédito suficiente para a força unificadora que engatilhou o que chamamos de “Primavera Árabe” – uma classe emergente de empreendedores que não mais aceitarão serem destituídos de seus direitos de propriedade e de negócio.

De acordo com a pesquisa da minha organização, o Instituto Liberdade e Democracia (ILD), as economias de mercado vem crescendo na região por décadas, muito embora à sombra da lei; algumas 180 milhões de pessoas trabalham nestes mercados paralelos. Esta maioria excluída levanta agora a sua voz para o céu no que eu acredito seja uma revolução econômica árabe – uma revolução defendida por nós por emancipar os pobres através dos direitos de propriedade e que foi bem sucedida.

Karl Marx alertou anos atrás que uma subclasse sem poderes pode se tornar revolucionária quando unidos por um sofrimento em comum – especialmente quando um mártir está envolvido. A revolução econômica árabe encontrou seu mártir em Mohamed Bouazizi, um vendedor de frutas de 26 anos que se auto-imolou em dezembro de 2010, depois que a polícia confiscou sua mercadoria. No ano passado, liderei um grupo de pesquisadores para descobrir mais sobre este jovem, cujo suicídio provocou uma revolução. Nós conversamos com seus colegas vendedores, com os membros de sua família, ativistas locais e empreendedores fora-da-lei, em Sidi Bouzid e outros lugares na Tunísia.

Eu relatei nossas descobertas (veja no link do IIDP 2012) e quero destacar o porquê que Bouazizi é tão importante para aqueles que acreditam que os direitos de propriedade são essenciais para o desenvolvimento econômico.

Uma hora antes de acender seu isqueiro, uma policial e mais dois servidores municipais, espoliaram seus 2 caixotes de peras (\$15), um caixote de bananas (\$9), 2 caixotes de maçãs (\$22) e uma balança eletrônica usada (\$179). Enquanto que uma perda de um total de \$225 dólares possa não ser suficiente para justificar suicídio, considere as implicações para um pobre empreendedor ilegal como Bouazizi: sem seus bens ele não teria como alimentar a sua família – ou evitar sua falência pois não teria como pagar seus credores informais de quem ele pegou um empréstimo em dinheiro para comprar as frutas; sem a balança ele não conseguiria acessar os mercados padronizados e sua

responsabilidade com os clientes; quando a polícia acabou com seu arranjo de permanecer com sua banca no local, ele acabou perdendo seus direitos de propriedade informais.

Não somente a polícia acabou com seu negócio, eles confiscaram o seu futuro tão sonhado, desde que ele iniciou seu trabalho em Kasbah, aos 12 anos de idade: a possibilidade titularizar a casa de sua família, a partir daí então ele poderia comprar um caminhão e expandir o seu negócio. Milhões de outros empreendedores ilegais árabes, que se identificaram com a luta de Bouazizi pelo direito de manter sua propriedade e de fazer seu negócio, sem ser perturbado por autoridades corruptas, tomaram as ruas. “Todos nós somos Mohamed Bouazizi,” me falou um jovem formado em TI, trabalhando como comerciante no mercado em Túnis. Na realidade, durante os primeiros 53 dias depois que Bouazizi se imolou, meu time descobriu que pelo menos mais 35 empreendedores pobres, cujos bens foram confiscados, também se imolaram – em toda a região – da Algéria, Egito, Marrocos à Síria.

A Primavera Árabe tem raízes econômicas e são principalmente sobre a falta de legislação sobre direitos de propriedade e de negócios.

A economia paralela árabe é monumental. Nossa pesquisa em Tunísia revelou que 92% da população possui imóveis não legalizados, enquanto que 99% dos empreendedores operam à margem da lei. Na Líbia, o ILD descobriu que 82% dos empreendedores – e 90% das propriedades – são ilegais, o que empata com nossa pesquisa anterior no Egito (90% das propriedades e 85% dos negócios são ilegais). É pouco para se admirar considerando os obstáculos para legalizar propriedade e negócio: o ILD descobriu que os egípcios levaram 10 anos para conseguir uma autorização de construir em cima de um pedaço de deserto vago e mais quase dois anos para incluir uma padaria.

O resultado é um valor impressionante de capital estagnado e enfraquecido nas economias ilegais da região. O ILD estimou que somente no Egito, os ativos em propriedade e negócio valem \$347 bilhões de dólares – seis vezes o investimento direto estrangeiro desde que Napoleão partiu em 1801. Sem direitos de propriedade, a maioria dos empreendedores árabes não possui o potencial de captar novos investimentos, levantar capital, limitar a responsabilidade pessoal e familiar, e todas as outras ferramentas legais que os empreendedores no ocidente não chegam a valorizar.

Se a história da revolução industrial no ocidente servir de lição, os mártires da Primavera Árabe são apenas os primeiros sinais de uma tempestade que se forma. Os ativistas locais que tomaram as rédeas do movimento – e os governos ocidentais que nunca viram esta chegada – desconsideram que os empreendedores árabes estão em perigo.

Saudações,



Hernando de Soto

Presidente do Instituto para Liberdade e Democracia (ILD), Lima, Peru

Carta da Diretora Executiva da Aliança de Direitos de Propriedade – (Property Rights Alliance-PRA)

“Liberdade e direitos de propriedade são inseparáveis. Você não pode ter um sem o outro.”
--George Washington

Em 1651, Thomas Hobbes provou que assegurar direitos de propriedade seria a saída da humanidade do estado natural para o mercado. Desde então, os economistas entenderam que fortes direitos de propriedade são pré-requisito para o capitalismo e a liberdade. A Aliança de Direitos de Propriedade (PRA) está comprometida na defesa dos direitos de propriedade física e intelectual, os dois pilares da prosperidade.

Esta missão não seria possível sem uma medição indicando a força relativa dos direitos de propriedade entre as nações. O Índice Internacional de Direitos de Propriedade, em sua sexta edição, fornece esta medição. O índice reconhece que todas as formas de propriedade precisam ser garantidas. Os direitos de propriedade intelectual garantem que a inovação tenha um empenho merecedor, ao permitir que inovadores realizem ganhos pessoais através de suas contribuições para a sociedade. Da mesma forma, os direitos de propriedade física permitem que as pessoas possam explorar seus trabalhos, suas economias e investimentos.

A medida que a economia global continua a sua luta, é importante lembrar os líderes mundiais de que a erosão dos direitos de propriedade somente solapa a recuperação econômica. Esperamos que este índice seja utilizado por formuladores de políticas públicas para enfatizar o papel vital dos direitos de propriedade na prosperidade econômica.

Gostaríamos de agradecer aos parceiros e colaboradores por seus esforços em apoiar o desenvolvimento do IIDP 2012. Gostaríamos também de agradecer ao autor do índice deste ano, Gaurav Tiwari, Bolsista Hernando de Soto 2011, por seu tempo e dedicação para o sucesso deste projeto.

E finalmente, um agradecimento especial ao Hernando de Soto por seus incansáveis esforços em relação aos direitos de propriedade e que inspirou este programa de bolsas. O Programa de Bolsas Hernando de Soto é a base desta publicação.

Atenciosamente,



Kelsey Zahourek

Diretora Executiva da Aliança de Direitos de Propriedade
Washington, DC, EUA

ENTIDADES PARCEIRAS GLOBAIS

Organizações Parceiras Globais Diretas

Nós gostaríamos de dar nossos sinceros agradecimentos às organizações parceiras pelo seu comprometimento e dedicação em informar e promover os direitos de propriedade em seus respectivos países ao redor do mundo. Agradecemos também nossos parceiros em nos fornecer feedback e ideias que nos permitiram identificar áreas a serem aperfeiçoadas e tornar este índice uma ferramenta ainda mais útil para o avanço dos direitos de propriedade.

Este ano, nosso parceiros foram as seguintes 69 organizações:

Adriatic Institute for Public Policy – Croácia	www.adriaticinstitute.org
Albanian Socio Economic Think Tank (ASET) – Albânia	www.aset-al.org
Afghanistan's Economic and Legal Studies Organization (AELSO) – Afeganistão	www.aelso.org
Alternate Solutions Institute – Paquistão	www.asinstitute.org
Asociación de Consumidores Libres – Costa Rica	www.consumidoreslibres.org
Association for Liberal Thinking – Turquia	www.liberal.org.tr
Austrian Economics Center (AEC) – Áustria	www.austriancenter.org
Bishkek Business Club – República do Quirguistão	www.bdk.kg
Central Asian Free Market Institute – República do Quirguistão	www.frremarket.kg
Cathay Institute for Public Affairs – China	www.jiuding.org
Center for the Dissemination of Economic Knowledge for Freedom (CEDICE) – Venezuela www.cedice.org.ve	
Center for Entrepreneurship and Economic Development (CEED) – Montenegro www.ceed-global.org	
Center for Free Enterprise (CFE) – Coreia do Sul	www.cfe.org
Center for Institutional Analysis and Development (CADI) – Romênia	www.cadi.ro
Center for Liberal-Democratic Studies (CLDS) – Sérvia	www.clds.org.rs
Center for Mozambican and International Studies (CEMO) – Moçambique	
Center of Research for Development (CIDAC) – México	www.cidac.org

Central Asian Free Market Institute -- República do Quirguistão	www.freemarket.kg
Centre Des Affaires Humaines (CEDAH) - Burkina Faso	www.cedahburkina.com
Centre for Civil Society – Índia	www.ccs.in
Centre for Policy Research (CPR) – Índia	www.cprindia.org
CIEN – Guatemala	www.cien.org.gt
Civita – Noruega	www.civita.no
Competere – Itália	www.competere.eu
EBI Think Tank Institute (EBI) – Mongólia	www.ebi.mn
Eudoxa – Suécia	www.eudoxa.se
European Coalition for Economic Growth (ECEG) – Áustria	www.e-growth.eu
F.A. Hayek Foundation (FAHF) – Eslováquia	www.hayek.sk
F.A. v. Hayek Institute – Áustria	www.hayekinstitut.at
The Free Market Foundation – África do Sul	www.freemarketfoundation.com
Friedrich Naumann Foundation for Freedom – Alemanha	www.freiheit.org
Frontier Centre for Public Policy – Canadá	www.fcpp.org
Fundación Atlas 1853 – Argentina	www.atlas.org.ar
Fundación IDEA – México	www.fundacionidea.org.mx
Fundación Libertad – Argentina	www.libertad.org.ar
Fundación Libertad – Panamá	www.fundacionlibertad.org.pa
IMANI Center for Policy and Education – Gana	www.imanighana.org
Initiative for Public Policy Analysis (IPPA) – Nigéria	www.ippanigeria.org
Institut Constant de Rebecque – Suíça	www.institutconstant.ch
Instituto Ecuatoriano de Economía Política – Equador	www.ieep.org.ec/en/

Institute for Democracy and Economic Affairs (IDEAS) – Malásia	www.ideas.org.my
Institute for Free Enterprise (IUF) – Alemanha	www.iuf-berlin.org
Institute of Future Studies for Development (IFD) – Tailândia	www.ifd.or.th
Institute for Liberty and Democracy – Peru	www.ild.org.pe/
Institute for Market Economics (IME) – Bulgária	www.ime.bg
Institute of Public Affairs (IPA) – Austrália	www.ipa.org.au
Instituto de Libre Empresa (ILE) – Peru	www.ileperu.org
Instituto Liberdade (IL-RS) – Brasil	www.il-rs.org.br
O Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul (IL-RS) foi fundado em 1986, e é um think tank brasileiro independente e sem fins lucrativos, cuja missão é a promoção da pesquisa, criação e disseminação de ideias do Liberalismo Clássico e da Escola de Economia Austríaca. Ele é um centro de pesquisa em políticas públicas, localizado dentro do Parque Científico e Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – TECNOPUC. O instituto alcança seus objetivos ao mostrar as vantagens de uma sociedade organizada para todos os indivíduos, baseada nos princípios dos direitos individuais, livre mercado, governo limitado e representativo, respeito às propriedades privadas e contratos, e iniciativa privada.	
International Research Foundation (IRF) – Omã	www.irfoman.org
Iraq Institute for Economic Reform (IIER) – Iraque	www.iier.org
Jerusalem Institute for Market Studies (JIMS) – Israel	www.jims-israel.org
Liberales Institut – Suíça	www.libinst.ch
Libertad y Desarrollo – Chile	www.lyd.com
Libertad y Progreso – Argentina	www.libertadyprogresonline.org
Liberty Institute – Índia	www.indefenceofliberty.org
Limited Government – Nepal	www.lgn.org.np
The Lion Rock Institute – Hong Kong	www.lionrockinstitute.org
Ludwig von Mises Institute – Polónia	www.mises.pl
Minimal Government Thinkers, Inc. – Filipinas	www.minimalgovernment.net

The Nassau Institute – Bahamas	www.nassauinstitute.org
New Economic School (NESG) – Geórgia	www.nesg.net
OHRID Institute for Economic Strategies and International Affairs – Macedônia	www.oi.org.mk
Pal-Think for Strategic Studies – Palestina	www.palthink.org
Polish-American Foundation for Economic Research and Education (PAFERE) – Polônia	http://www.pafere.org
Samriddhi Foundation –Nepal	www.samriddhi.org/
Timbro – Suécia	www.timbro.se
The Unirule Institute of Economics – China	http://english.unirule.org.cn/
The Ukrainian Reform Support Foundation – Ucrânia	www.ufpr.org.ua
The Zambia Institute for Public Policy Analysis (ZIPPA) – Zâmbia	

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar nossos profundos agradecimentos ao Hernando de Soto (ILD) por sua liderança e apoio para resolver os desafios existentes devido à falta de garantias aos direitos de propriedade. Sua visão em criar um mundo com maior segurança continua a ser uma fonte de coragem e inspiração para todos nós. Estamos honrados de ter esta bolsa de estudos no nome dele e gratos por sua contínua orientação. Estamos ansiosos em continuar nosso trabalho com ele e os acadêmicos do Instituto para a Liberdade e Democracia (ILD), em Lima, no futuro.

Nós também estamos agradecidos pelo contínuo suporte intelectual e financeiro de Grover Norquist e da Fundação Americans for Tax Reform, que permitiram que a Aliança dos Direitos de Propriedade continue oferecendo o Programa de Bolsas Hernando de Soto. Adicionamos um especial agradecimento ao pessoal do Americans for Tax Reform (ATR) pelo seu apoio administrativo e de pesquisa, que tornaram possível este projeto.

Agradecimentos especiais à Kyle Jackson (Bolsista Hernando de Soto em 2010), pela dedicação de seu tempo na publicação da edição do ano passado. O trabalho exemplar do Sr. Jackson permitiu que a edição do índice deste ano fosse possível.

Estendemos nossos agradecimentos ao Paul Petrick e Michael Wahlen pelos excelentes trabalhos de assistência em pesquisa. Seus esforços tornaram possível incluir novamente os perfis individuais dos países no Índice de 2012.

Agradecemos também Dr. Parth Shah por seu tempo e valiosa contribuição no índice deste ano. Nós apreciamos o apoio contínuo e o comprometimento das organizações parceiras e damos as boas-vindas a todos os nossos novos parceiros neste projeto.

Gaurav Tiwari, Bolsista Hernando de Soto 2011, Aliança de Direitos de Propriedade

Kelsey Zahourek, Diretora Executiva, Aliança de Direitos de Propriedade

Sobre o Autor

Gaurav Tiwari vêm da Fletcher School of Law and Diplomacy na Tufts University, onde ele completará o Mestrado em Direito e Diplomacia em maio de 2012. Como parte do programa de bolsas, o Sr. Tiwari viajou para o Peru para trabalhar com os acadêmicos do Institute for Liberty and Democracy, fundado por Hernando de Soto. Antes de entrar na Fletcher School, Tiwari foi um pesquisador associado ao Center for Geoeconomic Studies em Nova Iorque, no Council on Foreign Relations de 2007-10. Recentemente ele passou um tempo em Nairobi para ajudar seus colegas nos desafios em direitos de propriedade na Sanergy, a startup that is building sustainable sanitation in the urban slums of Nairobi, Kenya. Nascido em Nova Delhi, Índia, o Sr. Tiwari foi bolsista de verão do American Institute for Economic Research além de ter trabalhado como estagiário no Mercatus Center como fellow do Charles G. Koch. O primeiro trabalho dele foi no Center for Civil Society em Nova Delhi, entidade que se dedica a medir os custos de se fazer negócios para empresa de pequeno e médio porte, projeto este que inspirou o Sr. Tiwari a aprender sobre o pioneiro trabalho de Hernando de Soto.

Sobre os Colaboradores

Parth J. Shah

Parth J. Shah é o presidente fundador do Centre for Civil Society, uma usina de ideias independente e sem fins lucrativos, em Nova Délhi. CCS oferece soluções em políticas públicas dentro da estrutura de estado de direito, princípio de subsidiariedade, engajamento comunitário e mercados competitivos. Atualmente está concentrado em reformas de educação através da “Campanha Escola de Escolha: invista nos estudantes e não nas escolas!”, além da desregulamentação através da “Campanha Lei, Liberdade e Sustentabilidade” e também no festival de documentários Jeevika. Parth ensinou economia na University of Michigan antes de retornar à Índia para abrir o CCS. Ele publicou artigos acadêmicos em áreas de economia de desenvolvimento, economia do bem-estar, teoria do ciclo de negócio, banco livre ou laissez-faire, sistemas de câmbio. Ele também editou *Morality of Markets*, *Friedman on India*, *Profiles in Courage: Dissent on Indian Socialism*, *Do Corporations have Social Responsibility?*, e co-editou *Law, Liberty, and Livelihood*, *The Terracotta Reader*, e *Agenda for Change*. Ele é articulista de jornais e revistas. Ele também é o membro mais jovem da Mont Pelerin Society, a associação internacional dos liberais clássicos.

Premissa do Programa de Bolsas Hernando de Soto

O Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP) se deve aos esforços da Aliança dos Direitos de Propriedade (PRA em inglês), sediada em Washington-DC (EUA), dedicada à proteção dos direitos de propriedade material e intelectual, em comunidades domésticas e internacionais. A PRA é uma afiliada da organização defensora do contribuinte, Americans for Tax Reform (ATR).

Apesar de uma crescente acessibilidade de dados e pesquisa internacionais na arena dos direitos de propriedade, os índices existentes e os estudos tradicionalmente focam um aspecto ou outro dos direitos de propriedade. Em adição, a maioria dos índices globais se dedica a áreas de maior espectro do que um debate sobre direitos de propriedade privada em si, embora deva ser observado que o Índice de Liberdade Econômica da Fundação Heritage/Wall Street Journal e o Relatório de Liberdade Econômica Mundial do Instituto Fraser são realmente dedicados em direitos de propriedade, embora dentro do contexto na montagem de um perfil maior de cada país. Para superar uma consequente falta de definição abrangente sobre um indicador em direitos de propriedade, a PRA introduziu o Programa de Bolsas Hernando de Soto em 2006, com o objetivo principal de oferecer bolsas anualmente para desenvolver dados e aperfeiçoar conceitos, viabilizando a publicação anual do IIDP, apresentado aqui em sua sexta edição.

Sobre o Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP) 2012

Este relatório apresenta a sexta edição do Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP).

O IIDP é um estudo anual que compara países em termos de proteção dos direitos de propriedade – tanto física como intelectual. Como nas edições anteriores, o relatório de 2012 procura investigar os efeitos de um forte ambiente legal e político de um país, o reconhecimento e a aplicação da lei na garantia dos direitos de propriedade material e intelectual no desenvolvimento econômico de um país. Este ano o relatório compara 130 economias usando três variáveis como componentes principais e os classifica de acordo.

Devido à expansão de algumas fontes de dados, o índice deste ano adicionou o Iêmen. O leitor fica ciente de que algumas mudanças nas posições relativas dos países podem refletir na mudança da amostragem de países em vez de mudanças significativas dentro do sistema de direitos de propriedade interno de cada país. Para permitir o acesso às mudanças na performance dos países, o autor introduziu novas tabelas mostrando as mudanças em escores absolutos para o IIDP e seus componentes.

Desde a sua publicação inaugural em 2007, os autores concentraram-se na identificação das fontes dos dados que melhor representam a força de um regime de propriedade de uma nação, enquanto permanecem com a necessidade de consistência do índice. O índice de 2012 usa os mesmos componentes e fontes de dados do índice de edições anteriores aplicando a mesma combinação de peso. Adicionalmente, uma análise ampla dos dados dos anos anteriores foi feita para identificar qualquer problema que pudesse dificultar a comparação dos escores através dos anos.

Para melhor comparar os escores dos países no índice ao longo do tempo, o perfil de cada país foi incluído para fornecer a progressão histórica dos escores do IIDP e seus componentes, apontando então cada avanço ou retrocesso, mostrando pontos fortes e fracos nos direitos de propriedade de cada nação.

Seguindo mudança desde o ano passado, o componente igualdade em gênero no IIDP 2012 se concentra somente nos países que não fazem parte do OCDE. O autor acredita que é importante entender o impacto dos direitos da terra no desenvolvimento econômico e na igualdade em gênero. Portanto, o foco neste componente em países que não pertencem à OCDE é apropriado.

O IIDP 2012 baseou-se nas edições anteriores para fornecer uma medida em direitos de propriedade mais completa. Apesar das melhorias significativas através dos anos, existem limitações de dados e desafios como a coleta e a interpretação. Estamos confiantes de que as futuras edições deste relatório vão dirimir progressivamente estes problemas.

Capítulo I: Introdução

Nos últimos 12 meses, o mundo observou o desenrolar dramático de eventos na política, economia e na vida social do homem comum. Desde os protestos no centro de Manhattan do Ocupa Wall Street aos protestos por direitos de terra na zona rural de Wukan, China. É uma estória de empreendedorismo, perdida na burocracia regulatória e relegada pelo controle governamental e corrupção. Pode-se traçar o início de tais eventos para 17 de dezembro de 2010, quando Mohamed Bouazizi, um vendedor de rua na Tunísia se imolou. A tentativa de suicídio de Bouazizi (ele morreu mais tarde no início de 2011) é indicativo da repressão que milhões de empreendedores enfrentam na economia paralela. Altamente ilegal, a economia paralela opera fora da jurisdição do sistema legal. A corrupção e a falta de direitos de propriedade tornam difícil para empreendedores como Bouazizi se moverem para a estrutura da economia formal. No final, os recentes eventos refletem o renascimento do trabalho e ideias originais de Hernando de Soto, que salienta a necessidade de habilitação legal do pobre para alcançar sucesso econômico.

De acordo com recente pesquisa por Hernando de Soto e seu time de pesquisadores do Institute for Liberty and Democracy (ILD), Bouazizi teria encontrado uma tarefa hercúlea para tentar fazer parte da economia formal. No *Financial Times*, um jornal do Reino Unido, De Soto escreve sobre a situação de Bouazizi:

“Para criar uma empresa legalmente, ele teria que estabelecer uma firma individual. Isto requer 55 etapas administrativas durante 142 dias e gastar algo como US\$ 3.233 (12 vezes a renda líquida mensal de Bouazizi, não incluídos a manutenção e os custos de saída). Mesmo que ele tenha encontrado dinheiro e tempo suficientes para criar sua firma individual, a lei não o habilita a associar-se e trazer novos parceiros, ou limita responsabilidades para proteger os bens de sua família, e eventualmente, não permite emitir ações ou cotas para captar novos investimentos.”

No centro de tudo, a história da luta de Bouazizi é uma perspectiva microeconômica do problema de falta de direitos de propriedade. É claro, o impacto da Primavera Árabe teve o mérito de sacudir as bases macroeconômicas em diversos países ao redor do mundo. Em outras palavras, o que acontece com uma firma individual ou apenas com um indivíduo nos países desenvolvidos (a chamada Base da Pirâmide), impacta as contas do PIB das economias nacionais. É também claro que ainda teremos que ver se a Primavera Árabe trouxe uma melhor liberdade econômica para o Oriente Médio e adiante. Mas uma coisa é clara, garantir os direitos de propriedade é fundamental para as liberdades econômica e política. Desnecessário dizer que muitas perguntas persistem: qual o impacto do estado de direito sobre a liberdade econômica? O que pode o Estado fazer para promover uma maior inclusão econômica através da garantia de direitos de propriedade? E qual o impacto da corrupção sobre o espírito de empreendedorismo? Estas perguntas apontam para a fundamental intercorrelação entre liberdade econômica, empreendedorismo e garantia de direitos de propriedade.

A edição deste ano do *Índice Internacional de Direitos de Propriedade* tentará entender melhor os fatores subjacentes que afetam as condições micro e macroeconômicas de uma nação. Ao se classificar países pela garantia dos direitos de propriedade física e intelectual, espera-se que o índice sirva como um medidor da competitividade e liberdade econômica de uma nação. Assim como qualquer estudo, existe limitações na pesquisa. As limitações em dados não permite classificar cada país, por exemplo. Mas o autor permanece confiante que este estudo demonstrará claramente a relação positiva entre direitos de propriedade e desenvolvimento econômico.

Capítulo II: Direitos de Propriedade e Desenvolvimento Econômico

O acesso ao capital é o elemento crucial no caminho para o desenvolvimento econômico de qualquer país. As descobertas de Hernando de Soto reveladas nos seus livros, *O Outro Caminho* e *O Mistério do Capital*, mostram um sistema legal funcional, que traz os benefícios dos direitos de propriedade e a garantia sobre os contratos, além de responsabilidades extra-contratuais, mostrando assim as diferenças entre as economias. De Soto também observa o custo da legalidade, aqueles que operam na economia paralela têm custos para evitar o risco de serem penalizados, por estarem à margem do sistema legal. Tais questões são o cerne dos problemas econômicos que o mundo em desenvolvimento enfrenta. Como a maior parte da população mundial vive e trabalha no mundo em desenvolvimento, a importância de garantir os direitos de propriedade torna-se suprema para o desenvolvimento econômico.

Direitos de Propriedade Privada

A propriedade de um bem é o elemento básico dos direitos privados de propriedade. Este direito à propriedade é frequentemente desconsiderado no ocidente. Mas é um luxo no mundo em desenvolvimento. Acadêmicos e profissionais de organizações internacionais, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresentaram uma pesquisa destacando os direitos de propriedade como ferramenta para o desenvolvimento econômico. Esta relação é ainda mais importante quando se depara com o estado dos direitos de propriedade em favelas urbanas, onde reside

grande parte da população mundial. De acordo com o relatório do McKinsey Global Institute, mais de 5,7 bilhões de pessoas vivem no mundo em desenvolvimento e a cada ano, aparecem 70 milhões de novos residentes nas cidades.¹ A maioria destas novas adições será em favelas e cinturões ao redor das metrópoles. Em outras palavras, ocupantes ilegais tornaram-se os dominantes construtores urbanos do mundo. É claro que o crescimento do emprego também é influenciado pelas economias das favelas, e os governos nacionais e agências de desenvolvimento precisam reconsiderar o papel dos direitos de propriedade no apoio ao crescimento, da base da pirâmide. Uma pesquisa recente da Profa. Erica Field, uma economista de desenvolvimento baseada em Harvard, mostra que qualquer mudança em garantias de arrendamento tem impacto significativo no investimento residencial urbano.² Em seu estudo sobre trocas de propriedade no programa de titulação de terra no Peru, Field descobriu que houve um aumento em 2/3 em reformas residenciais.

O trabalho de Field, em favelas urbanas e direitos de propriedade, nos mostra a necessidade de políticas públicas que ajudem as pessoas a saírem da economia informal e passar para o sistema econômico formal. Significa também que o estado de direito e outras instituições da burocracia política e econômica precisam ser reformadas. Uma sociedade forte funciona com uma forte estrutura de regras e leis que podem melhorar o resultado econômico e o crescimento. Como o trabalho do De Soto mostra, os direitos de propriedade servem como ferramentas para promover o crescimento, permitindo a formação de capital e a redução dos custos de transação.

Direitos de Propriedade Intelectual (DPI)

Em um mundo globalizado, os países passam a depender das normas para promover a inovação e a gestão do conhecimento. Estas regras basicamente expõem um conjunto de protocolos que padronizam a proteção dos produtos e serviços, que são criações da mente humana. Em outras palavras, direitos de propriedade intelectual servem para proteger o valor adicional que advém com as inovações nos campos da ciência, arte, literatura, tecnologia, negócios, etc.

Na medida que nos direcionamos para uma economia mundial mais digitalizada, nós necessariamente veremos uma maior integração tecnológica sem fronteiras. A inovação não é mais um fenômeno do mundo desenvolvido. E ao mesmo tempo, violações dos direitos intelectuais também se elevaram. Observamos duas tendências emergentes – globalização da tecnologia e o roubo desta tecnologia. Mas qual é o impacto de maiores proteções em direitos de propriedade intelectual sobre variáveis econômicas como fluxo de comércio e crescimento econômico? Em 2005, uma publicação do Banco Mundial, *Intellectual Property Rights and Development: Lessons from Recent Economic Research*,³ Carsten Fink e Carlos Braga mostram que direitos de propriedade intelectual fortes têm um efeito

¹ Stewart Brand (2011), “Urban Squatters Save the World,” McKinsey & Co. Website: <http://whatmatters.mckinseydigital.com/cities/urban-squatters-save-the-world>.

² Erica Fields, “Property Rights and Investment in Urban Slums,” Harvard University. Website: <http://www.economics.harvard.edu/faculty/field/files/FieldinvestJEEA.pdf>

³ World Bank, 2005. “Intellectual Property and Development: Lessons from Recent Economic Research.”

positivo sobre o comércio total. Keith Maskus, uma autoridade em DPI e desenvolvimento econômico, escreve no relatório do Banco Mundial que um forte sistema de DPI pode também influenciar empresas multinacionais a decidirem onde se estabelecerem nas economias de renda média, preferindo então países que tenham uma maior habilidade de absorver e aprender a nova tecnologia. Em outras palavras, um forte sistema de DPI pode aumentar a transferência tecnológica e o licenciamento transfronteiriço. Para governos nacionais, alcançar tais objetivos está no entanto longe da realidade pois é extremamente difícil fazer esta proteção, sendo que os governos continuam nesta luta de oferecer um ambiente seguro.

Capítulo III: Composição do Índice e Abrangência

Este capítulo destaca o conceito por trás do Índice Internacional de Direitos de Propriedade, apresenta as categorias e fatores incluídos na publicação de 2012 e fornece uma explicação detalhada da metodologia do índice e do conjunto de países. Finalmente mostra algumas limitações do estudo e apresenta considerações futuras.

O Conceito

O objetivo de qualquer índice é desenvolver um medidor que permita comparar países e outras jurisdições. O conceito do IIDP baseia-se nas definições de “propriedade” e “direito à propriedade” apresentadas abaixo. O autor revisou uma abrangente gama em literatura sobre direitos de propriedade. Em adição, como feito em compilações de índices anteriores, diversos especialistas da área de direitos de propriedade foram consultados para finalizar o conjunto de categorias centrais (referidos como componentes”) assim como variáveis (sub-componentes) que totalizam estes componentes.

O IIDP incorpora três categorias centrais, essenciais para a eficácia e proteção do sistema de proteção de direitos à propriedade privada de um país:

- 1) Ambiente Político e Legal (PL)
- 2) Direitos à Propriedade Material (DPM)
- 3) Direitos à Propriedade Intelectual (DPI)

Desta forma, o Ambiente Político Legal (PL) foi considerado essencial para qualquer sistema de direitos de propriedade. O índice inclui diversas medidas do ambiente político legal apesar do fato que estas medidas tenham aspectos mais amplos do que somente direitos de propriedade.

Os outros dois componentes, Direitos à Propriedade Material e à Propriedade Intelectual (DPM e DPI) refletem as duas formas de direitos de propriedade, ambas essenciais para o desenvolvimento econômico. As variáveis incluídas nessas duas categorias respondem por importantes direitos legais e resultados reais dos países analisados.

Variáveis

O IIDP 2012 compreende um total de dez variáveis, divididas em três categorias principais mencionadas anteriormente: Ambiente Político e Legal (PL), Direitos à Propriedade Material (DPM) e Direitos à Propriedade Intelectual (DPI). Apesar de um número maior de variáveis relacionadas ao direito à propriedade terem sido coletadas pelos autores, o estudo final do IIDP se concentra apenas em fatores centrais, diretamente ligados à eficácia e proteção dos direitos privados de propriedade. O ranking final é muito similar aos rankings alternativos calculados com outros fatores incluídos, e foi escolhido pelos autores por sofrer menos problemas de diluição, permanecendo parcimonioso. Finalmente, foi dada preferência para as variáveis que estavam disponíveis para um maior número de países e foram atualizadas de forma regular para assegurar que os escores resultantes sejam compatíveis em relação aos países e aos anos.

Das dez variáveis incorporadas ao índice, somente a variável “Registro de Propriedade” é formada por duas sub-variáveis. Portanto, o IIDP compreende 11 componentes de dados para cada país.

Estrutura do IIDP

1. Ambiente Político Legal (PL)

- Independência do Judiciário
- Estado de Direito
- Estabilidade Política
- Controle da Corrupção

2. Direitos à Propriedade Material (DPM)

- Proteção dos Direitos à Propriedade Material
- Registro de Propriedade
- Acesso ao Crédito

3. Direitos à Propriedade Intelectual (DPI)

- Proteção dos Direitos à Propriedade Intelectual
- Proteção de Patentes
- Pirataria dos Direitos Autorais

Ambiente Político e Legal (PL)

A estabilidade política de um país livre de corrupção, junto com um forte sistema legal que englobe a independência do judiciário e o estado de direito são essenciais para o reconhecimento, gestão, implementação e proteção dos direitos de propriedade privada. A combinação destas variáveis prepara o caminho para o reconhecimento da liberdade individual e oferece grande liberdade para o

movimento econômico. Portanto, as variáveis abaixo foram utilizadas como indicadores da categoria PL:

Independência do Judiciário:

Essa variável examina a liberdade do judiciário em relação à influência de grupos políticos e empresariais. A independência do judiciário é um alicerce central para a proteção sólida e apoio soberano ao sistema judiciário no que diz respeito à propriedade privada, e por isso é considerado no IIDP. Fonte: Fórum Econômico Mundial 2011-2012 Índice de Competitividade Global.

Estado de Direito:

Essa variável examina a extensão da confiança que os indivíduos, investidores e empresários depositam nos tribunais para a manutenção e proteção dos seus direitos à propriedade. Ela já existe como indicador do relatório de Relatório Governança 2011 do Instituto Banco Mundial, e que combina diversos indicadores como justiça, honestidade, execução da lei, rapidez e disponibilidade do sistema judiciário, responsabilidade do judiciário e do executivo, assim como a proteção dos direitos de propriedade. Essa variável complementa a variável anterior já que a responsabilidade do judiciário é primordial para a sua independência. Ela constrói a fé dos indivíduos e empresas economicamente ativos no sistema legal, para manter todas as leis incluindo a proteção dos direitos à propriedade privada.

Estabilidade Política:

O grau de estabilidade política influencia de forma definitiva o incentivo para alguém obter ou estender a posse e/ou administração de uma propriedade. Quanto maior a possibilidade de uma deposição (violenta), menor a probabilidade das pessoas obterem propriedade e desenvolver confiança na validade desses direitos. Fonte: Indicadores Mundiais de Governança 2011 do Instituto Banco Mundial.

Controle de Corrupção:

A variável "Corrupção no Setor Público" foi retirada do Relatório de Governança 2011 do Instituto Banco Mundial, e que combina diversos indicadores que medem a extensão do poder público no exercício do ganho privado. Estão incluídos desde delitos insignificantes a importantes tipos de corrupção e o estado como refém dos interesses privados e das elites. Semelhante aos fatores incluídos na categoria "Ambiente Político e Legal", a corrupção influencia a confiança das pessoas na implementação sólida e aplicação dos direitos à propriedade. A corrupção reflete o grau de informalidade na economia, o que vem a ser um fator desviante na expansão do respeito pela legalização da propriedade privada. Fonte: Relatório de Governança 2010 do Instituto Banco Mundial.

Direitos à Propriedade Material (DPM)

Um forte sistema de direitos de propriedade defende a proteção dos direitos de propriedade privada, garante a implementação de políticas, procedimentos e leis para o registro da propriedade, e cria oportunidade para as seguintes três variáveis:

Proteção dos Direitos à Propriedade Material:

Esta variável está diretamente ligada à força do sistema de direitos à propriedade de um país, pois reflete as percepções de especialistas sobre a qualidade da proteção judicial à propriedade privada, incluindo recursos financeiros. Além disso, abrange a opinião de profissionais acerca da clareza da definição legal de direito de propriedade. Fonte: Índice de Competitividade Global 2011-2012 do Fórum Econômico Mundial.

Registro de Propriedade:

Esta variável reflete o ponto de vista dos negócios, sobre a dificuldade em registrar uma propriedade em termos de número de dias e de procedimentos necessários. De acordo com a fonte dessas informações, a variável “registra a sequência completa de procedimentos necessários quando uma empresa compra um imóvel e transfere o título de propriedade do vendedor para o comprador.” Essa informação é crítica, pois quanto mais difícil for o registro de uma propriedade, maior a probabilidade de que os bens em questão permaneçam na informalidade, restringindo, assim, o desenvolvimento de um maior conhecimento público e o apoio a um sistema legal que proteja os direitos à propriedade de maneira sólida e eficaz. Essa variável é um componente central nos argumentos econômicos de Hernando de Soto. Fonte: Relatório Fazendo Negócios 2011 do Banco Mundial.

Acesso ao Crédito:

Os autores decidiram incluir esta variável no IIDP porque o acesso aos empréstimos bancários representa a oportunidade para um indivíduo, subseqüentemente, adquirir uma propriedade. Por consequência, quanto mais fácil for, tornar-se proprietário de algo, mais forte será o apoio da sociedade a um sistema de direitos à propriedade formalizado e protegido. Fonte: Índice Global de Competitividade 2011-2012 do Fórum Econômico Mundial.

Direitos à Propriedade Intelectual (DPI)

A categoria DPI avalia a proteção à propriedade intelectual, e revisa as políticas de um país e a sua eficácia no que diz respeito às patentes e direito autorais:

Proteção dos Direitos à Propriedade Intelectual:

Esta variável contém informações sobre os resultados da pesquisa de opinião que refletem a proteção que uma nação dá à propriedade intelectual e, portanto, constitui um componente crucial da categoria DPI. Os especialistas participantes de cada país deram sua avaliação quanto à classificação da proteção de DPI como “fraca/não existente” até “equivalente às mais severas do mundo”. Fonte: Índice Global de Competitividade 2011-2012 do Fórum Econômico Mundial.

Proteção de Patentes:

A variável do IIDP sobre a força da proteção das patentes replica a informação fornecida pelo Índice de Direitos de Patente de 2000 do Ginarte-Park, atualizado em 2005, graças à prestativa cooperação do Professor Walter Park. Estes dados refletem a classificação de um país no ranking de “Força das Patentes”, que se baseia em cinco critérios detalhados: cobertura, participação em tratados internacionais, restrições aos direitos de patente, aplicação das leis, e duração da proteção. Fonte: Índice de Direitos de Patente de Ginarte-Park 2005.

Pirataria de Direitos Autorais:

O nível de pirataria no setor de propriedade intelectual é um indicador importante do desempenho e eficácia da proteção aos direitos à propriedade intelectual em um país. As informações para esta variável foram coletadas a partir do Relatório da Lista de Inspeção 301 da International Intellectual Property Alliance (IIPA), preparado pelo US Trade Representative para a revisão anual das práticas em propriedade intelectual de países. O relatório contém dados sobre níveis de pirataria em quatro indústrias distintas: Software Empresarial, Indústria Musical e Fonográfica, Filmes, e Software de Entretenimento. Uma vez que esta variável reflete resultados reais, baseados em dados quantitativos, ela classifica um país de acordo com sua eficácia na proteção de DPI. As mais recentes informações da IIPA são complementadas com estatísticas disponíveis da Business Software Alliance. Fontes: Relatório da Lista Inspeção 301 da International Intellectual Property Alliance (IIPA) em 2010, Sétima edição anual BSA e Estudo sobre Pirataria de Software Global IDC (2010).

Notas Explanatórias sobre a Metodologia

A escala geral de classificação do Índice Internacional de Direitos de Propriedade varia de 0 a 10, sendo 10 o nível máximo de proteção dos direitos à propriedade e 0 a inexistência dos direitos à propriedade em um país. Da mesma maneira, cada categoria, e cada fator do IIDP utilizam a mesma escala de 0 a 10.

Para os cálculos do índice final, a média das variáveis de cada área deriva de sua classificação em cada uma das três categorias. Da mesma forma, a classificação final é a média das classificações das categorias. Durante a construção do índice, um número de diferentes métodos de ponderação foram testados para os (sub)componentes baseados nas opiniões subjetivas dos autores. Contudo, o método de ponderação escolhido teve pouco impacto no ranking final e na classificação dos países. Portanto, por razões de simplicidade e objetividade, os números finais apresentados neste relatório são o resultado do cálculo da média simples que combina os fatores disponíveis nas três áreas de classificação, e destas na classificação final do IIDP. No entanto, os autores não pretendem sugerir que todos os componentes e áreas no índice tenham a mesma importância. Portanto, os leitores que preferirem ponderar os fatores de maneiras diferentes são convidados a fazê-lo.

As dez variáveis incluídas no IIDP se originam de seis fontes diferentes. Com o intuito de combinar as variáveis que não apareceram de forma indexada, e portanto poderiam ser difíceis de normalizar na escala 0-10 do IIDP, aplicamos a seguinte fórmula de padronização:

$$\left\{ \frac{X_{max} - X_i}{X_{max} - X_{min}} \right\} * 10$$

X_i representa o valor individual de um país no fator em questão, enquanto **X_{max}** e **X_{min}** foram fixados em um desvio padrão acima da média do conjunto original de dados em 2008 e zero, respectivamente. Observações específicas sobre como os dados originais foram transferidos para o índice, serão dados mais adiante no relatório junto com informações sobre as fontes. Este ano os

autores utilizaram os escores de 2008 neste relatório para que os países possam ser diretamente comparados entre os anos. Esta mudança permite uma comparação mais objetiva de ano para ano. Os dados dos anos anteriores foram rescalonados e os escores foram recalculados para ajudar esta mudança. É importante observar que o recálculo dos anos anteriores dos escores para DPM assim como DPI tiveram um efeito mínimo nos rankings destes anos.

Os Países

O IIDP 2012 classifica um total de 130 países de todo o mundo. Este ano o Iêmen foi adicionado ao índice na medida que os dados foram disponibilizados. A seleção dos países foi determinada pela limitação de disponibilidade de dados somente. Representando noventa e sete (97) por cento do Produto Interno Bruto mundial, esses países são substancialmente diferentes entre si, no que diz respeito ao desempenho econômico e estruturas de mercado. Para fins de comparação, as economias incluídas no IIDP foram divididas em sete regiões geográficas, que incluem: América Latina/Caribe, Europa Ocidental, Europa Central/Leste e Ásia Central, Oriente Médio/Norte da África, África, Ásia e Oceania, e a América do Norte.

É importante prestar atenção ao fato de que o número de países compreendidos pelas diferentes fontes de dados do IIDP variou significativamente. Portanto, os autores tiveram acesso a uma variação significativa no número de países em potencial a serem incluídos na lista do IIDP. Para ser considerada dentro da classificação final do IIDP, uma nação precisava de, no mínimo metade das variáveis incluídas em cada categoria. Consequentemente, alguns países não entraram nas três categorias do índice em nenhuma das listas finais de países, e alguns são listados apenas em uma ou duas das categorias. Os países que se qualificaram para todas as três categorias são as 130 nações apresentadas na classificação do IIDP.

Limitações e Considerações Futuras

Muitas coisas têm que ser levadas em conta para entender a criação e os resultados do IIDP. Primeiro, o ranking do índice cobre um grande número de países que variam grandemente em termos dos contextos econômico, político e cultural. Consequentemente, muitas características dos países com respeito à proteção e força dos direitos de propriedade não podem ser considerados.

Nenhum dos dados usados na construção do índice foi gerado pelos próprios autores mas foi coletado de fontes de terceiros com o Banco Mundial, o Fórum Econômico Mundial e grupos de comércio. Isto permite que o estudo se abstenha de qualquer preconceito em potencial e limita a capacidade dos autores de reconstruir alguma informação faltante. O problema de dados faltantes torna-se sério quando a variável que falta não está altamente correlacionada com as variáveis existentes. Neste caso, a classificação de um país pode não ser representativa quanto aos países que possuem dados disponíveis. Além disso, a disponibilidade de mudar dados de um ano para outro resulta em mudanças nos escores. Os autores fizeram o melhor possível para salientar os casos neste relatório e nos perfis dos países.

Como no passado, este estudo permanece restrito devido à disponibilidade de dados sobre direitos de propriedade intelectual, em especial a falta de dados sobre marcas registradas. Em 2009, as marcas registradas deixaram de fazer parte como sub-componente por causa da falta de dados atualizados, sendo que a situação persiste. No entanto, os autores permanecem confiantes de que em anos futuros, dados confiáveis ficarão disponíveis com o desenvolvimento de novas fontes de dados. Além disto, os dados em direitos de propriedade intelectual podem beneficiar na melhoria dos esforços em garantir estes direitos. Similarmente, a categoria DPM pode ser melhorada com a inclusão de dados brutos sobre a segurança dos direitos de propriedade. Estas são as áreas que têm o maior potencial para melhorias.

Finalmente, como o índice entra em sua sexta edição, os autores conseguiram usar os aspectos de séries temporais nos dados sobre direitos de propriedade. No entanto, a natureza das instituições é tal que os efeitos de suas mudanças podem não ser sentidos nos resultados por muitos anos. A falta de dados atualizados em resultados econômicos interfere com esta análise. Os autores esperam que estas limitações sejam superadas no futuro e que a relação teórica entre instituições dos direitos de propriedade e o bem-estar econômico possam ser testadas empiricamente e de forma mais robusta.

Capítulo IV: Resultados

Este capítulo apresenta os resultados finais do Índice Internacional de Direitos à Propriedade (IIDP) 2012. Após um breve panorama geral dos dados e resultados, a classificação e o ranking do IIDP 2012 serão apresentados em sua totalidade, de acordo com seus critérios variáveis. Além disso, as mudanças nos escores podem ser encontrados. Por fim, será abordada a relação entre os escores do índice e o bem-estar econômico dos países classificados.

Características dos Dados e Resultados

Os resultados do IIDP 2012 baseiam-se principalmente em dados obtidos através de pesquisas de opinião realizadas em países classificados. No geral, especialistas em seus respectivos campos participaram destas pesquisas, e as classificações resultantes, na forma de um fator numérico, são baseadas no julgamento desses especialistas. Por isso, enfatizamos que, com base nessas fontes, o país com a pior classificação no IIDP não é, necessariamente, o país com a proteção mais frágil aos Direitos à Propriedade (DP); é apenas percebido como o pior dentre os países incluídos no índice. Contudo, o autor considera as pesquisas especializadas uma fonte de julgamento boa e confiável em relação às características reais de um país, melhor do que alguma medida em leis e práticas que somente possam existir em estatuto. Portanto, esperamos que – com a ajuda de instituições parceiras ao redor do mundo – seja possível obter dados mais abrangentes no futuro, baseados em pesquisas de opinião que atendam às nossas necessidades.

Além dos fatores que dependem do resultados de pesquisas, algumas variáveis são baseadas em “dados brutos”. Foram incluídos, por exemplo, o número de procedimentos para o registro de propriedade em um país, muito embora seja baseado em pesquisas e não inteiramente baseado em

percepções. São estimativas em procedimentos atuais envolvidos. Além disso, as estimativas sobre o nível de pirataria são baseadas em dados econômicos correntes de associações de comércio como a International Intellectual Property Alliance e a Business Software Association.

Todavia, para o desenvolvimento futuro do índice, planejamos obter uma quantidade maior de dados baseados em informações sólidas. Por exemplo, seria de grande importância integrar ao índice uma medição da força das normas constitucionais que abrigam a proteção da propriedade privada, ou a posição do judiciário no que diz respeito à expropriação e indenizações. Futuros bolsistas do Programa Hernando De Soto se concentrarão no aprimoramento da metodologia do IIDP e das fontes de dados, no sentido de obter dados das fontes mais atualizadas possíveis.

Ao analisar os resultados finais do processo de classificação, o leitor será introduzido com duas medidas diferentes mas relacionadas de proteção dos direitos de propriedade através da amostragem: ordinal e cardinal. Os escores são apresentados de tal forma que o leitor pode facilmente comparar os países de acordo com seu ranking e escore (escala de 0-10). Os autores esperam que o ranking relativo se torne útil; é o escore em si que fornecerá a medida mais útil para indicar o quanto um país protege os direitos de propriedade. Os estudos de casos se encontram na versão completa do índice em inglês, no link indicado no final deste relatório.

Classificação do IIDP 2012

O Índice Internacional de Direitos de Propriedade 2012 (IIDP) apresenta o ranking de 130 economias, que representam 97% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. A [Tabela 1](#) apresenta o ranking desde o escore mais alto ao mais baixo e o escore por país, respectivamente.

A Finlândia está no topo do ranking com um escore de 8,6 numa tabela de 10. A Suécia se classifica perto no segundo lugar, com escore de 8,5, seguida pela Noruega (8,3). Cingapura é o país com a melhor classificação da região da Ásia e Oceania novamente, com escore de 8,3 empatando com a Noruega em terceiro lugar. A Suíça também está empatada em terceiro lugar seguida pela Dinamarca, Luxemburgo, Nova Zelândia e Holanda. O Canadá também está neste grupo com escore de 8,0. (Veja Tabela 2).

Na base do índice de classificação estão a Nigéria (3,9), Costa do Marfim (3,8), Zimbábue (3,7), Bangladesh (3,6), Angola (3,5), Burundi (3,5), Venezuela (3,4), Líbia (3,1) e Iêmen (3,0).

Tabela 1: Classificação por País

País	IIDP	FL	DPM	DPI
ALBÂNIA	4.4	4.3	5.4	3.4
ALGÉRIA	4.0	3.4	5.0	3.7
ANGOLA	3.2	2.4	4.3	2.9
ARGENTINA	4.7	4.2	4.9	5.0
ARMÊNIA	4.4	4.2	6.2	2.7
AUSTRÁLIA	7.8	8.2	7.4	7.8
ÁUSTRIA	7.8	8.0	7.5	8.0
AZERBAIJÃO	4.4	3.8	6.2	3.3
BAHREIN	6.7	5.8	8.2	6.1
BANGLADESH	3.6	3.3	4.7	2.7
BÉLGICA	7.5	7.5	6.9	8.0
BENIN	5.1	4.3	5.9	5.1
BOLÍVIA	4.4	3.9	5.1	4.2
BÓSNIA-HERZEGOVINA	4.3	4.2	5.1	3.5
BOTSWANA	6.3	6.9	7.0	4.9
BRASIL	5.4	5.1	5.7	5.5
BRUNEI	5.7	6.9	5.7	4.5
BULGÁRIA	5.4	4.9	5.8	5.6
BURKINA FASO	5.0	4.3	5.6	5.2
BURUNDI	3.5	2.4	4.5	3.5
CAMARÕES	4.3	3.4	5.3	4.1
CANADÁ	8.0	8.4	7.5	8.1
CHADE	4.1	2.5	5.1	4.6
CHILE	6.7	7.4	6.9	5.9
CHINA	5.5	4.3	6.9	5.2
COLÔMBIA	5.2	3.9	6.2	5.5
COSTA RICA	5.8	6.4	5.9	5.0
COSTA MAFIM	3.8	2.5	4.9	3.9
CROÁCIA	5.3	5.3	5.7	4.8
CHIPRE	6.9	7.0	7.4	6.2
REP. TCHECA	6.4	6.2	6.2	6.8
DINAMARCA	8.2	8.7	7.6	8.4
REP. DOMINICANA	4.5	3.9	5.6	3.9
EQUADOR	4.5	3.2	5.4	4.9
EGITO	5.1	4.7	5.8	4.7
EL SALVADOR	4.9	4.3	6.0	4.3
ESTÔNIA	6.7	7.1	7.0	6.0
ETIÓPIA	4.5	3.3	5.5	4.7
FINLÂNDIA	8.6	8.8	8.3	8.6
FRANÇA	7.4	7.3	6.9	7.9
GEÓRGIA	4.3	4.4	6.1	2.3
ALEMANHA	7.7	8.1	7.0	8.1
GANÁ	5.5	5.3	5.7	5.6
GRÉCIA	5.7	5.2	5.7	6.1
GUATEMALA	4.9	3.5	6.2	5.0
GUJANA	4.6	4.2	5.6	4.1
HONDURAS	4.7	3.9	5.8	4.5
HONG KONG SAR, CHINA	7.8	8.1	7.8	7.6
HUNGRIA	6.4	6.1	6.3	6.9
ISLÂNDIA	7.2	8.1	6.9	6.5
ÍNDIA	5.4	4.4	6.5	5.4
INDONÉSIA	4.8	3.9	6.6	3.9
IRÃ	4.3	3.5	5.5	3.8
IRLANDA	7.6	8.2	6.6	8.0
ISRAEL	6.6	6.0	6.4	7.3
ITÁLIA	6.1	5.6	5.8	7.0
JAMAICA	5.5	4.7	5.9	5.8
JAPÃO	7.7	7.7	7.1	8.3
JORDÃO	5.9	5.3	6.6	5.8
CASAQUISTÃO	4.3	4.2	5.6	3.1
QUÊNIA	4.5	3.3	6.1	4.2
KUWAIT	5.9	6.3	6.6	4.8
LETÔNIA	5.6	5.9	6.0	4.8
LÍBANO	4.3	3.1	6.5	3.3
LÍBIA	3.1	3.7	2.9	2.6

País	IIDP	FL	DPM	DPI
LITUÂNIA	6.0	5.8	6.3	5.9
LUXEMBURGO	8.2	8.6	7.8	8.3
MACEDÔNIA	4.7	4.4	5.7	4.0
MADAGASCAR	4.1	3.4	5.2	3.8
MALAWI	5.2	5.1	5.7	4.9
MALÁSIA	6.4	5.8	7.4	6.1
MALI	4.9	4.0	5.6	5.0
MALTA	6.8	7.4	6.7	6.4
MAURITÂNIA	4.6	3.3	5.4	5.2
MAURÍCIO	6.2	6.5	7.0	5.1
MÉXICO	5.0	4.1	5.8	5.1
MOLDOVA	4.0	3.8	5.6	2.5
MONTENEGRO	5.1	5.3	6.3	3.7
MARROCOS	5.3	4.6	6.2	5.2
MOÇAMBIQUE	4.6	4.4	5.2	4.3
NEPAL	4.4	3.2	5.9	4.1
HOLANDA	8.1	8.5	7.6	8.2
N. ZELÂNDIA	8.2	8.8	7.8	8.0
NICARÁGUA	4.0	3.3	4.8	3.9
NIGÉRIA	3.9	3.0	4.6	4.1
NORUEGA	8.3	8.7	8.4	7.8
OMÃ	6.6	6.4	7.7	5.7
PAQUISTÃO	4.2	3.0	5.9	3.6
PANAMÁ	5.5	4.3	6.7	5.4
PARAGUAI	4.1	3.1	5.7	3.6
PERU	5.0	3.8	6.6	4.5
FILIPINAS	4.7	3.4	5.8	4.9
POLÓNIA	6.2	6.4	5.7	6.6
PORTUGAL	6.8	6.6	6.9	6.9
PORTO RICO	6.2	6.2	5.9	6.6
QATAR	7.1	7.6	7.3	6.4
ROMÊNIA	5.3	4.9	5.7	5.4
RÚSSIA	4.5	3.3	5.3	4.8
RUANDA	6.0	5.7	6.7	5.6
ARÁBIA SAUDITA	6.6	5.8	8.1	6.0
SENEGAL	4.6	4.0	5.5	4.3
SÉRVIA	4.2	4.1	5.2	3.3
CINGAPURA	8.3	8.3	8.4	8.3
ESLOVÁQUIA	6.2	5.6	6.4	6.6
ESLOVÊNIA	5.9	6.4	5.6	5.7
ÁFRICA DO SUL	6.6	5.6	6.9	7.4
COREIA DO SUL	6.2	5.9	6.0	6.8
ESPANHA	6.5	6.2	6.5	6.8
SRI LANKA	5.0	4.6	5.9	4.4
SUAZILÂNDIA	5.1	4.7	5.8	4.9
SUÉCIA	8.5	8.7	8.4	8.4
SUIÇA	8.3	8.6	7.9	8.3
SÍRIA	4.9	3.5	6.4	4.7
TAIWAN	7.2	6.7	7.7	7.3
TANZÂNIA	5.0	4.6	5.3	5.0
TAILÂNDIA	5.2	4.4	6.6	4.5
TRINIDADE E TOBAGO	5.5	5.0	5.3	6.3
TUNÍSIA	5.6	5.2	6.7	4.9
TURQUIA	5.3	4.5	6.2	5.2
UGANDA	4.9	3.9	5.3	5.4
UCRÂNIA	4.0	3.6	4.3	4.2
EMIRADOS A. UNIDOS	7.1	6.7	7.7	6.8
REINO UNIDO	7.9	7.8	7.6	8.2
ESTADOS UNIDOS	7.5	7.1	7.2	8.3
URUGUAI	6.2	7.1	6.2	5.2
VENEZUELA	3.4	2.2	4.5	3.5
VIETNÃ	4.7	4.6	5.8	3.7
IÊMEN	3.0	2.2	5.0	1.7
ZÂMBIA	4.7	4.7	5.9	3.6
ZIMBÁBUE	3.7	2.5	5.1	3.5

Tabela 2: 10 países do Topo por Componente (o número indica o ranking)

IIDP	PL	DPM	DPI
Finlândia 1	Finlândia 1	Suécia 1	Finlândia 1
Suécia 2	Nova Zelândia 1	Noruega 1	Suécia 2
Noruega 3	Suécia 3	Cingapura 1	Dinamarca 2
Cingapura 3	Noruega 3	Finlândia 4	Cingapura 4
Suíça 3	Dinamarca 3	Bahrein 5	Suíça 4
Dinamarca 6	Suíça 6	Arábia Saudita 6	Luxemburgo 4
Luxemburgo 6	Luxemburgo 6	Suíça 7	EUA 4
Nova Zelândia 6	Holanda 8	Nova Zelândia 8	Japão 4
Holanda 9	Canadá 9	Luxemburgo 9	Holanda 9
Canadá 10	Cingapura 10	Hong Kong 9	Reino Unido 9

Tabela 3: 10 países da Base por Componente (o número indica o ranking)

IIDP	PL	DPM	DPI
Algéria (118)	Angola (118)	Algéria (119)	Líbano (120)
Moldova (118)	Burundi (128)	Iêmen (119)	Azerbaijão (120)
Nicarágua (118)	Chade (125)	Argentina (121)	Sérvia (120)
Ucrânia (118)	Costa do Marfim (125)	Costa do Marfim (121)	Cazaquistão(123)
Nigéria (122)	Equador (118)	Nicarágua (123)	Angola (124)
Costa do Marfim (123)	Líbano (121)	Bangladesh (124)	Armênia (125)
Zimbábue (124)	Nepal (118)	Nigéria (125)	Bangladesh (125)
Bangladesh (125)	Nigéria (123)	Burundi (126)	Líbia (127)
Angola (126)	Paquistão (123)	Venezuela (126)	Moldova (128)
Burundi (126)	Paraguai (121)	Ucrânia (128)	Geórgia (129)
Venezuela (129)	Venezuela (128)	Angola (128)	Iêmen (130)
Líbia (129)	Iêmen (129)	Líbia (130)	
Iêmen (129)	Zimbábue (125)		

Figura 3: Classificação por Quintil

Topo 20%	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Base 20%
Finlândia	Malta	Grécia	Peru	Azerbaijão
Suécia	Bahrein	Brunei	Sri Lanka	Armênia
Cingapura	Estônia	Tunísia	Uganda	Camarões
Suíça	Chile	Letônia	Guatemala	Irã
Noruega	África do Sul	Trinidade e Tobago	Mali	Bósnia-Herzegovina
Dinamarca	Israel	Jamaica	Síria	Líbano
Luxemburgo	Arábia Saudita	Gana	El Salvador	Casaquistão
Nova Zelândia	Omã	Panamá	Indonésia	Geórgia
Holanda	Espanha	China	Argentina	Paquistão
Canadá	Hungria	Bulgária	Filipinas	Sérvia
Reino Unido	República Tcheca	Brasil	Honduras	Chade
Áustria	Malásia	Índia	Macedônia	Madagascar
Austrália	Botswana	Romênia	Vietnã	Paraguai
Hong Kong	Coreia do Sul	Marrocos	Zâmbia	Ucrânia
Japão	Eslováquia	Turquia	Mauritânia	Nicarágua
Alemanha	Porto Rico	Croácia	Senegal	Algéria
Irlanda	Polônia	Colômbia	Moçambique	Moldova
Estados Unidos	Uruguai	Malawi	Guiana	Nigéria
Bélgica	Maurício	Benin	Equador	Costa do Marfim
França	Itália	Suazilândia	Rússia	Zimbábue
Taiwan	Lituânia	Egito	Etiópia	Bangladesh
Islândia	Ruanda	Montenegro	Quênia	Burundi
Emirados Árabes Unidos	Jordão	Burkina Faso	República Dominicana	Angola
Qatar	Eslovênia	México	Bolívia	Venezuela
Chipre	Kuwait		Nepal	Líbia
Portugal	Costa Rica	Tanzânia	Albânia	Iêmen

A Figura 3 apresenta a classificação dos países por quintil. A cor do prisma relaciona os quintis a uma cor específica: roxo para o topo do quintil, azul para o segundo quintil, verde para o terceiro quintil, amarelo para o quarto quintil e vermelho para o fundo do quintil. Este ano os países estão distribuídos proporcionalmente entre 26 países em cada. O mapa de distribuição do IIDP indica qual país pertence a qual quintil. Novamente, por causa do aumento da abrangência este ano, fica difícil de comparar diretamente as mudanças em relação ao quintil do último ano.

Tabela 4: Resumo Estatístico

Indicador	Média	Mediana	Desvio	Mínimo	Máximo
IIDP	5,6	5,3	1,4	3,0	8,6
PL	5,3	4,7	1,8	2,2	8,8
DPM	6,2	6,0	1,0	2,9	8,4
DPI	5,4	5,1	1,6	1,7	8,6

A Tabela 4 apresenta um resumo estatístico do IIDP 2012 e suas categorias componentes. O índice deste ano mostra pequenos aumentos tanto nos escores da média quanto da mediana. No entanto, o valor mínimo para o IIDP em 1,7 é o menor escore (para o Iêmen) comparado com dados do ano passado. A amplitude dos desvios é de 1,0 para o componente DPM à 1,8 para o componente PL. Este ano o escore mais alto no componente PL é de 8,8 alcançado pela Finlândia. O escore mais baixo no componente PL é de 2,2,. O componente DPM novamente é o mais alto com média de 6,2, não havendo mudança em relação ao ano passado.

Classificação do índice por Categorias Chaves

Este índice é composto de 3 categorias chaves que podem ser usadas independentemente da performance de um país. Esta seção apresenta e discute a performance dos países em cada categoria chave do índice.

As Tabelas 2 e 3 também mostram os 10 países do topo e da base do ranking. Os 10 países do topo são geralmente mais homogêneos do que os 10 países da base do ranking, com a Finlândia em primeiro lugar nos componentes PL e DPI. Luxemburgo e Suécia também estão entre os 10 países do topo em todos os três componentes. Interessante que 3 países (os EUA em DPI, Arábia Saudita e Bahrein em DPM) estão na lista do topo pelo escore de um componente mas não estão entre os 10 países do índice.

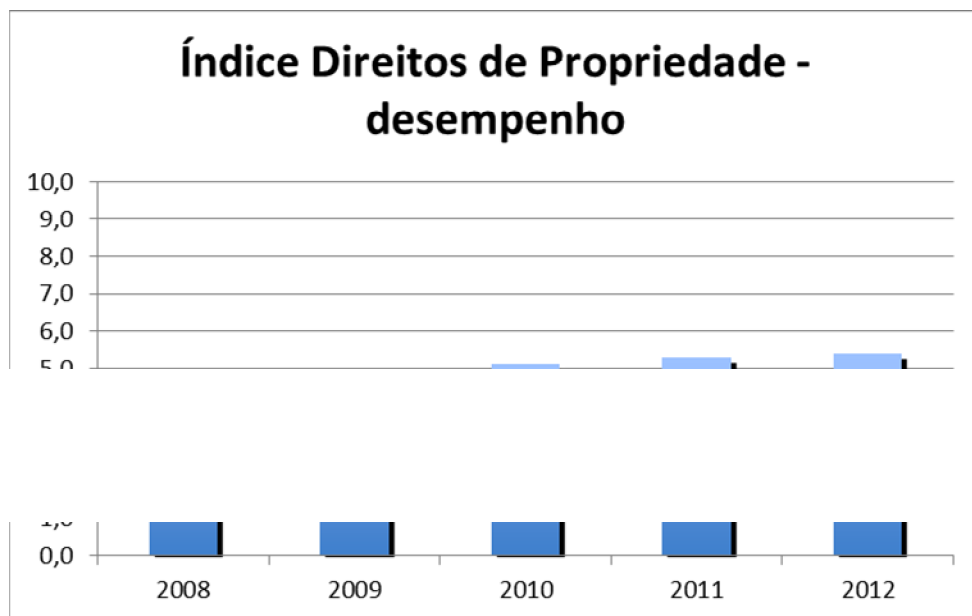
Os 10 países da base do ranking são mais heterogêneos sendo que nenhum país conseguiu ficar no em todos os três componentes. O Iêmen está classificado com o mais baixo do componente LP e DPI, e a Líbia no componente Direitos à Propriedade Material.

Mudanças nos escores (2011-2012)

Uma comparação de resultados entre 2011 e 2012 apresenta mudanças em escores no índice e nos seus componentes. pelo fato de que 5 países foram adicionados ao ranking de 2011 (Angola, Irã, Líbano, Ruanda e Suazilândia). Os países que obtiveram os melhores escores em direitos de propriedade em relação ao ano passado são bem diversos. Eles incluem Armênia, Estônia, Geórgia, Guatemala, Israel, Qatar e Uganda, entre outros. Infelizmente, os seguintes países experimentaram uma retração em direitos de propriedade: Algéria, Egito, Kuwait, Rússia e Tunísia, entre outros.

PERFIL DO BRASIL

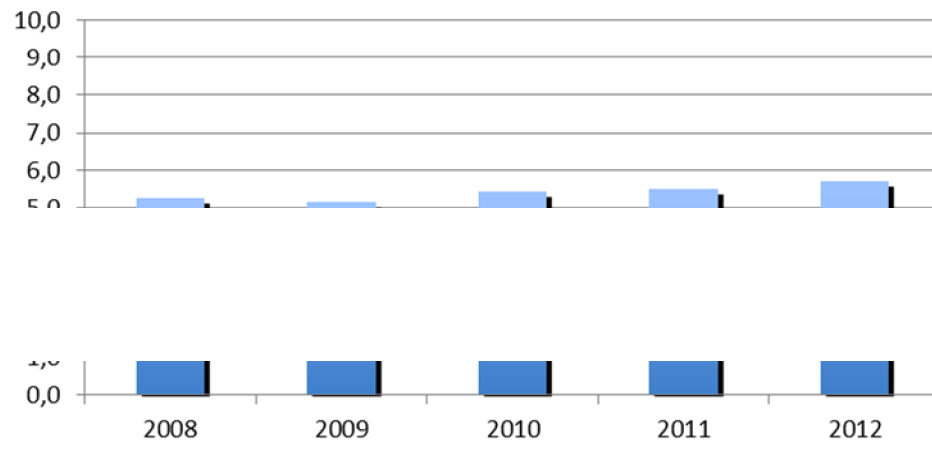
O Brasil aumentou o seu escore no Índice Internacional de Direitos de Propriedade 2012, pelo quarto ano consecutivo, em 0,2 pontos. Em 2012, ele está em 60º lugar entre 130 economias, empatado com Malawi. Comparado em 2011 quando estava classificado em 63º lugar.



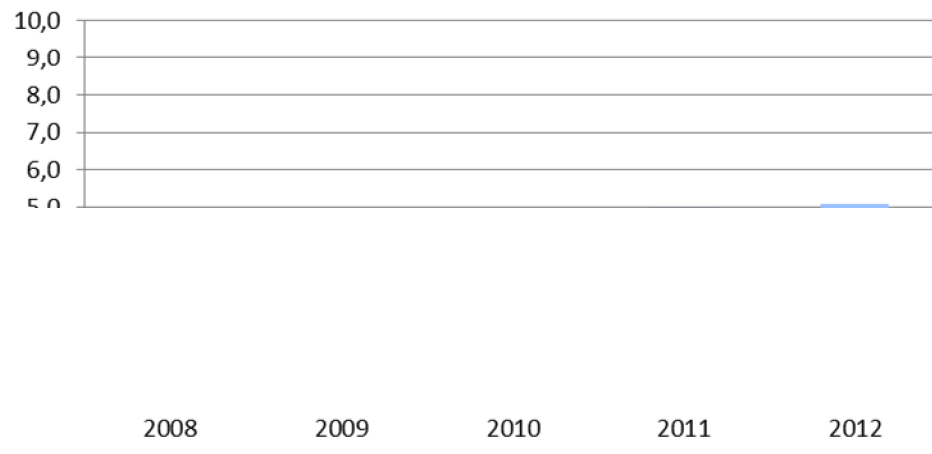
País	Variação	IIDP 2012	IIDP 2011
BRASIL	0,2	5,3	5,1

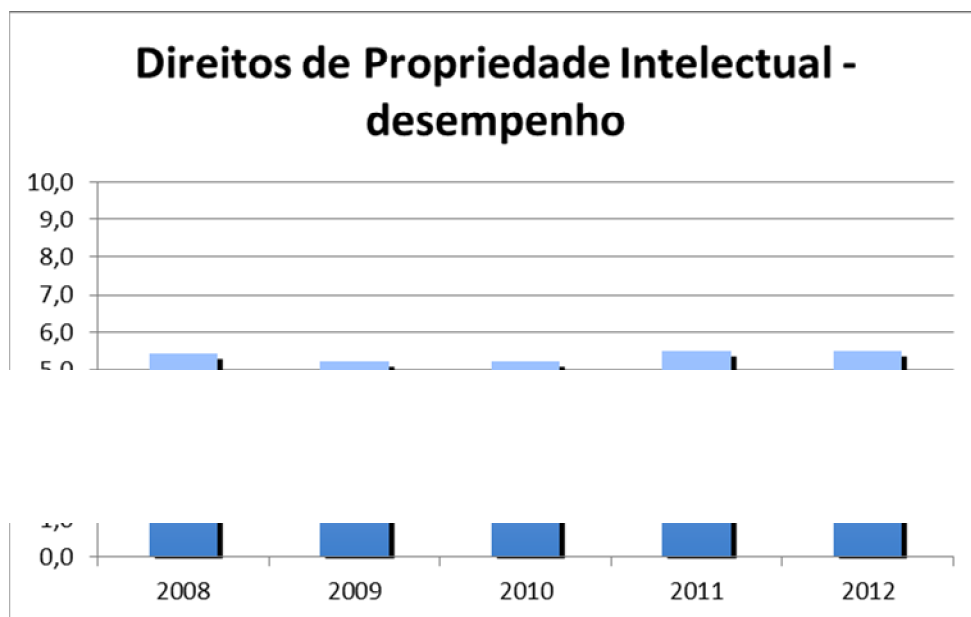
Cada um dos componentes subiu exceto o de Direitos de Propriedade Intelectual que permaneceu o mesmo. A subida se deve aos ganhos nos componentes *Independência Judicial*, *Estado de Direito*, enquanto que houve uma queda no sub-componente Estabilidade Política, de 5,6 para 5,1. Ver tabelas abaixo.

Direitos de Propriedade Material - desempenho



Ambiente Legal e Político - desempenho





Na classificação regional (América Latina e Caribe), o Brasil perde para o Chile, Uruguai Costa Rica e Porto Rico.

Categoria	Escore	Classificação Mundial	Classificação Regional
Ambiente Político e Legal	5.1	60 of 130	5 of 22
Independência Judiciário	5.3	65 of 130	7 of 22
Estado de Direito	5	59 of 130	5 of 22
Controle da Corrupção	5.1	54 of 130	5 of 22
Estabilidade Política	5.1	59 of 130	5 of 22
Direitos de Propriedade	5.7	84 of 130	13 of 22

Material

Proteção Direitos Propriedade Mat.	6.3	55 of 130	4 of 22
Registro de Propriedade	6.5	120 of 130	20 of 22
Acesso ao Crédito	4.4	46 of 130	6 of 22
Direitos de Propriedade Intelectual	5.5	53 of 130	5 of 22
Proteção Direitos Propriedade Intelectual	4.6	79 of 130	8 of 22
Proteção Patente	0		
Pirataria Direitos Autorais	4.8	40 of 130	2 of 22

Análise de Regressão

O PIB per capita é uma medida básica usada para acessar o bem-estar econômico e vamos ver como o índice se relaciona via análise de regressão.

Ao estimar a relação entre o índice e o PIB per capita via esta análise, encontramos um relacionamento estatístico positivo. Especificamente, um ponto de aumento no escore do IIDP prognostica um aumento de US\$ 8.800 no PIB per capita ($R\text{-squared}=0,62$). Em outras palavras, o escore do índice é altamente correlacionando com o nível de desenvolvimento econômico medido como PIB per capita. Da mesma forma, os resultados mostram que os componentes do IIDP – PL, DPM e DPI – estão altamente correlacionados com o PIB per capita. A análise de regressão mostra uma correlação mas não necessariamente prova causalidade.

Uma forma de resolver este problema de simultaneidade é defasar a medida dos direitos de propriedade ao se estimular o seu impacto no resultado da variável econômica. No entanto, com somente 5 anos de dados disponíveis no momento, esta estratégia não é eficaz. É o caso de se considerar que as mudanças em instituições normalmente não produzem grandes mudanças nos resultados em período curto de tempo.

Adicionalmente, a natureza dos dados coletados nos permite controlar as características não observadas de tempo invariável em um país. A relação positiva entre os escores do IIDP e o PIB per capita pode controlar tais diferenças específicas de cada país.

Conclusão

O Índice Internacional de Direitos de Propriedade 2012 (IIDP) serve como um barômetro medindo o nível de segurança material e intelectual dos direitos de propriedade global. Como nos anos anteriores, o índice mostrou a importante relação entre direitos de propriedade, liberdade econômica e o nível de desenvolvimento dos países. Em nossa economia globalizada, uma ênfase maior na garantia dos direitos de propriedade ajudaria a legalizar os bens dos pobres. Para este fim, como nós testemunhamos a Primavera Árabe, perguntamos sobre o futuro – os países (ou governos nacionais ou elites do poder) irão reconhecer a necessidade de maior liberdade econômica ou a repressão continuará?

O IIDP 2012 mostra que entre os 130 países incluídos no relatório, os países que estão no topo da classificação continuam a desfrutar um alto PIB per capita do que os países da base do índice. Serve para se reafirmar que os países que possuem fortes sistemas legais e políticos estão melhores posicionados a colher os benefícios tanto dos direitos de propriedade material e intelectual.

O IIDP 2012 mostra que apesar dos desafiantes tempos econômicos, os países continuam a melhorar seus sistemas de direitos de propriedade, desta maneira, os colocando no caminho do desenvolvimento econômico. No entanto, suas perspectivas de recuperação serão provavelmente mais lentas ou mais fracas comparadas com alguns países que não melhoraram seus direitos de propriedade.

Enquanto que a evidência apresentada aqui é bem convincente, o autor convida os leitores a estudar mais profundamente a relação entre direitos de propriedade e os resultados econômicos usando os dados do índice. Com sorte, mais estudos irão desvendar a conexão entre direitos de propriedade assegurados e o bem-estar econômico.

Fontes Estatísticas

Este capítulo apresenta fontes estatísticas que foram usadas na compilação do IIDP e o Quadro de Igualdade de Gênero. Este ano, os autores atualizaram as informações anteriores usando as mesmas fontes de dados. A seguir segue uma breve revisão das informações no índice.

Dados Subjetivos Versus Dados Objetivos

A maioria dos dados incluídos no IIDP provém de pesquisas especializadas. Contudo, alguns fatores também refletem dados quantitativos baseados nas leis e regulamentos do país. Talvez os leitores do índice estejam se perguntando por que o índice mistura dados objetivos e subjetivos.

Primeiramente, os dados objetivos, que refletem a força de um país na proteção dos direitos de propriedade, são praticamente impossíveis de se obter além de um escopo de parâmetros estreitos, por isto existe uma série de alternativas para se depender na coleta de dados subjetivos. Em segundo lugar, ao invés de simplesmente resumir fatos *de jure* sobre a proteção aos direitos de propriedade de um país, o IIDP pretende também capturar resultados reais e a eficácia do sistema vigente de direitos à propriedade. Frequentemente, medições baseadas em percepções contém informações que não aparecem em indicadores objetivos, especialmente nos países em desenvolvimento. Na verdade, a pesquisa inicial do IIDP 2007 se concentrou principalmente nessas medidas e, portanto, integra uma grande quantidade de dados originados da experiência e percepção de especialistas na área. Em pesquisas futuras, os autores continuarão a considerar composições alternativas de dados objetivos e subjetivos.

Fontes de Dados

Fórum Econômico Mundial (FEM) – Índice de Competitividade Global:

O índice de competitividade Global do Fórum Econômico Mundial fornece informações sobre a competitividade econômica de um grande número de países (134 for 2011-2012). Os rankings são elaborados combinando-se dados quantitativos disponíveis ao público e resultados da Pesquisa de Opinião Executiva (*Executive Opinion Survey*). Essa última é uma pesquisa abrangente conduzida anualmente pelo Fórum Econômico Mundial juntamente com sua rede de parceria com institutos (institutos de pesquisa de ponta e organizações empresariais) nos países cobertos pelo relatório.

Há quatro variáveis na classificação do IIDP para as quais os dados foram retirados do Índice de Competitividade Global do FEM 2011-2012: “Independência Judicial”, “Proteção dos Direitos à Propriedade Material”, “Proteção dos Direitos à Propriedade Intelectual”, e “Acesso a Empréstimos”. Para obter informações mais detalhadas sobre o Índice de Competitividade Global visite: <http://gcr.weforum.org/gcr2011/>

Instituto Banco Mundial (BM) – Indicadores de Desenvolvimento Mundial:

Os indicadores de desenvolvimento mundial compilam estatísticas para fornecer um quadro geral do progresso nos países em desenvolvimento, assim como dos desafios que ainda devem ser enfrentados. O relatório mais recente (2011) contém dados levantados na última década até 2010. Esses indicadores resultam de uma intensa colaboração com diversas organizações internacionais, agências governamentais, organizações privadas e organizações não-governamentais. Os indicadores são obtidos em vários níveis, começando pelos censos e pesquisas por amostra de domicílio. As contribuições de Organizações Não Governamentais (ONGs) e do setor privado são também importantes, tanto pela coleta de dados primários, quanto pela organização e publicação dos resultados. As variáveis "estado de direito", "estabilidade política" e "controle da corrupção" são retiradas desta fonte. Para maiores informações, veja: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp>.

Grupo Banco Mundial (GBM) – *Doing Business* (“Fazendo Negócios”):

A fonte da variável “Registro de Propriedade”, incluída no fator de Direitos à Propriedade Material (DPM) do IIDP, é o Relatório do Grupo Banco Mundial *Doing Business* 2011. Os dados do Relatório são coletados anualmente de forma padronizada. Para começar, a equipe projeta a pesquisa, juntamente com seus conselheiros acadêmicos. A pesquisa utiliza um estudo de caso de negócios simples para assegurar a comparabilidade entre países e épocas – utilizando certas generalizações de acordo com a forma legal da empresa, seu tamanho, localização e a natureza das suas operações. As pesquisas são realizadas através de mais de 8.000 especialistas locais, entre advogados, consultores de negócios, contadores, representantes de governo e outros profissionais, cuja rotina consiste na administração e aconselhamento acerca de exigências legais e regulatórias.

A metodologia do *Doing Business* tem cinco limitações que devem ser considerados quando for se interpretar os dados. Primeiro, os dados coletados se referem a negócios na maior cidade empresarial e não é representativo de regulação em outras partes da economia. Segundo, os dados seguidos se concentram em uma forma específica de negócio, geralmente uma empresa de responsabilidade limitada de tamanho específico, e pode não ser representativo na regulação de outros negócios (exemplo: empresas individuais). Terceiro, as transações descritas em cenário padrão se refere a um conjunto específico de problemas e pode não ser representativo de um conjunto completo de encontros empresariais. Quarto, as medidas de tempo envolvem um elemento de juízo dos especialistas que responderam a pesquisa. Finalmente, a metodologia assume que um negócio tem informação completa sobre o que é necessário e não perde tempo em completar procedimentos. Na prática, completar um procedimento pode demandar mais tempo se o negócio não tiver informação suficiente ou for incapaz de continuar prontamente. Por ambos os motivos, o atraso de tempo relatado no *Doing Business 2011* pode ser diferente da lembrança dos empreendedores relatado nas pesquisas do Banco Mundial ou outras pesquisas de percepção. Por causa destas limitações que a variável do Registro de Propriedade subestima a extensão dos procedimentos e o tempo necessário para o registro da propriedade. Para maiores informações sobre a publicação, veja: <http://www.doingbusiness.org/>.

Ginarte-Park (GP) – Índice de Direito de Patentes:

Os dados que refletem a força da proteção dos direitos de patente do IIDP são baseados no Índice Ginarte-Park do ano 2005, que vem a ser o mais recente índice disponível até a data desta publicação. O índice baseia-se em “macro” aspectos jurídicos (não em dados de “micro-níveis”), e incorpora um subconjunto dos aspectos legais vigentes em cada país. A informação utilizada na construção do índice é obtida diretamente a partir das leis nacionais de patente, e compreende cinco categorias: a extensão da cobertura, participação em acordos internacionais de patentes, provisões para perda de proteção, mecanismos de aplicação das leis, e a duração da proteção da patente. Os dados encontram-se disponíveis em <http://www1.american.edu/cas/econ/faculty/park.htm>.

O índice original classifica 124 países em 2005. Os escores de dois países foram adicionados de acordo com a metodologia Ginarte & Park (1997). O escore Moldova foi calculado baseado nos resultados da pesquisa de 5 advogados da área de patentes assim como a revisão do autor dos direitos de patentes com a ajuda do assistente Dr. Walter Park, American University. Similarmente, o escore da República do Quirguistão foi calculado baseado na revisão de leis pelo autor e com a assistência do Dr. Park. Os escores foram construídos em 2005 a título de comparação com os escores de proteção de patentes do resto dos países.

Aliança Internacional em Propriedade Intelectual – Relatório Especial 301:

Os dados utilizados para a construção do fator “Pirataria de Direitos Autorais”, deriva da lista de inspeção 301 do U.S. Trade Representative (USTR), que é publicada anualmente, em detalhes, na página da Aliança Internacional de Propriedade Intelectual (IIPA). Os dados utilizados pelo IIDP refletem o nível de pirataria em softwares de negócios, softwares de entretenimento, filmes, e nas indústrias fonográfica e musical. As instituições representantes de indústrias individuais utilizam diferentes métodos para estimar seus dados. É sensato presumir que os níveis de pirataria denunciados são, de fato, subestimados, uma vez que capturam apenas a pirataria nas indústrias cujos direitos autorais estão registrados nos EUA. Para maiores informações veja em: http://www.iipa.com/2010_SPEC301_TOC.htm

Os dados sobre pirataria de software do Relatório Especial 301 em 2010 é complementado com os dados do *Seventh Annual BSA and IDC Global Software Piracy Study* (2010), disponível em <http://global.bsa.org/globalpiracy2010/index.html>.

Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCED) – Banco de Dados de Gênero, Instituições e Desenvolvimento (GID):

O Banco de Dados de Gênero, Instituições e Desenvolvimento da OCED é a única fonte de dados utilizadas na construção do IIDP ampliado, que incorpora aspectos de igualdade de gêneros (IG). O GID é uma ferramenta que permite a pesquisadores e formuladores de políticas determinarem e analisarem obstáculos para o desenvolvimento econômico das mulheres. O GID compreende um total de 124 países, e é composto por 60 indicadores de discriminação de gênero. As oito variáveis do GID, incorporadas à medição de “Igualdade de Gêneros” deste estudo estão relacionadas aos direitos de propriedade à mulher, no que diz respeito ao acesso à terra, outros bens materiais, práticas em herança, empréstimos bancários, e direitos sociais. Os dados foram compilados a partir de diversas fontes, tais como BRIDGE, Banco Asiático de Desenvolvimento, Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, e AFROL. Para obter mais informações sobre estes dados, visite: <http://www.oecd.org/dev/gender/gid>.

O relatório em português será disponibilizado no portal do Instituto Liberdade, seção Direitos de Propriedade, a partir de 17/04/12, no link: <http://www.institutoliberalde.org.br>

O relatório completo em inglês se encontra disponível no website do IIDP: <http://www.internationalpropertyrightsindex.org/>

Referências

Brand, Stewart (2011). Urban Squatters Save the World. McKinsey & Co. Retrieved from <http://whatmatters.mckinseydigital.com/cities/urbansquatters-save-the-world>.

de Soto, Hernando (1989). The other path: the economic answer to terrorism. New York, NY: Harper and Row.

de Soto, Hernando (2000). The mystery of capital: why capitalism triumphs in the west and fails everywhere else. New York, NY: Basic Books.

de Soto, Hernando (November 8, 2011). The free market secrets of the Arab revolutions. Financial Times. Retrieved from <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/653fab0e-0a00-11e1-85ca-00144feabdc0.html#axzz1nuNPNOR0>

Demsetz, H. (1967, May). Toward a theory of property rights. American Economic Review, 57, 347-359.

Fields, Erica (2005). Property Rights and Investment in Urban Slums. Harvard University. Retrieved from <http://www.economics.harvard.edu/faculty/field/files/FieldinvestJEEA.pdf>

Hardin, Garrett (1968). The tragedy of the commons. Science 162: 1243-7.

Ostrom, Elinor (1990). Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. New York, NY: Cambridge University Press.

World Bank (2005). Intellectual Property and Development: Lessons from Recent Economic Research. Includes contributions by Carsten Fink, Carlos Braga and Keith Maskus

Notas Finais

ⁱ Maiores informações sobre Bolsa de Estudos, veja o link: <http://www.propertyrightsalliance.org/heraldo-soto-fellowship-program-a2865>

ⁱⁱ Dados sobre PIB per capita data são do World Development Indicators Online (2011).

iii Dados sobre Fluxos de investimentos estrangeiros diretos são do World Development Indicators Online (2011). Por gentileza observe que os dados de Luxemburgo foram removidos desta classificação, devido ao alto fluxo de entradas e saídas de capital, saindo totalmente fora dos resultados médios de outros países.

iv Um total de 83 países foram escolhidos para esta análise. Países em desenvolvimento são definidos como os de baixa renda e baixa renda média de acordo com o Banco Mundial. Disponível em <http://go.worldbank.org/K2CKM78CC0>.

v Como os dados da OCDE não foram revisados ano passado, o escore dos direitos sociais da Jamaica ainda excedem a escala de 0–10. O escore da Jamaica em direitos sociais é de 10,3 devido à taxa de alfabetização entre as mulheres ser mais alta do que a dos homens. O autor decidiu maximizar o escore para 10,0. Não modificando o escore poderia resultar que a Jamaica ficasse numa classificação mais alta do que o restante dos outros países.